

# Centrão não aceita mudar pauta nem sessões extras

BRASÍLIA — O Centrão não aceita a inversão de pauta para antecipar a votação do sistema de governo e do mandato do Presidente José Sarney e também não quer que a Constituinte tenha sessões de votação aos sábados e aos domingos. Estas decisões foram tomadas ontem, em reunião no hospital Sarah Kubitschek, onde o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) está internado para se recuperar da intervenção cirúrgica que corrigiu uma fratura no fêmur.

Segundo Cardoso Alves, o Centrão tentará conseguir uma reunião com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na segunda-feira, para lhe apresentar estas disposições do grupo. O argumento para convencê-lo da inconveniência de sessões em todos os fins de semana será que no início os constituintes comparecerão ao plenário, mas depois começará um processo de desmobilização, com a imagem do plenário vazio colaborando para o desgaste maior da Constituinte.

Com relação à definição antecipada do mandato de Sarney e do sistema de governo, Cardoso Alves ressaltou que o melhor é fazer primeiro uma "tomografia computadorizada" das assinaturas que de-



Em cadeira especial, Cardoso Alves se reúne com integrantes do Centrão

ram preferência automática à emenda do Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que propõe cinco anos de mandato para Sarney. Para ele, é melhor checar se as subscrições realmente deverão se converter em voto favorável no plenário.

Na reunião com Ulysses, o grupo cobrará uma ação enérgica para mudar a linha do programa "A Voz da Constituinte", que vai ao ar todos os dias no rádio e na televisão, apresentando os trabalhos da Assembléia. Segundo Cardoso

Alves, o programa continua divulgando apenas as teses da esquerda, em detrimento dos parlamentares que formam o Centrão.

Estiveram presentes à reunião os Deputados Gastone Righi (PTB-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Amaral Neto (PDS-RJ), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), José Lourenço (PFL-MG), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Jorge Viana (PMDB-BA) e Daso Coimbra (PMDB-RJ) e o Senador Edison Lobão (PFL-MA).

## Grupo quis tirar Relator

O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) deixou bem claro ontem que o Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) só continua Relator da Constituinte graças ao grupo. Durante a discussão da mudança do Regimento, diversos integrantes do Centrão, segundo Cardoso Alves, pediram que o Relator fosse destituído. Na emenda que o grupo apresentou, desaparecia a figura de relator. No entanto, por ponderação de outros integrantes do Centrão, a Mesa acabou apresentando um substitutivo que mantinha Cabral no cargo.

Segundo Cardoso Alves, o Relator erra ao afirmar que o grupo copiou 80 por cento do seu projeto. O Deputado disse que o Centrão manteve a maioria do texto "em consideração à Comissão de Sistematização". E afirmou que, se Cabral continuar a criticar o grupo, ainda poderá ser substituído.

— Se resolvermos ser maioria de novo, podemos muito bem retirá-lo do cargo e criar uma comissão para fazer o seu trabalho — ameaçou.

# Cabral revela discordâncias em relatório

BRASÍLIA — Obrigado pelo Regimento a acatar todas as emendas assinadas por mais de 280 constituintes, o Relator Bernardo Cabral elaborou, junto com seu parecer oficial, um relatório paralelo em que alinha todas as suas discordâncias do projeto do Centrão e orienta os constituintes sobre os pontos em que devem pedir destaque para restabelecer o atual texto do projeto. Entre estes itens, Cabral cita a Ordem Econômica — título em que recomenda o maior número de destaques — e temas como a estabilidade e o sistema único de saúde.

A elaboração do trabalho, que segundo o Relator Adjunto José Fogaça visa orientar os constituintes em plenário, foi autorizada pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Juntamente com uma listagem de todas as emendas aceitas e rejeitadas e os pareceres individuais para cada emenda, o relatório estava sendo preparado ontem para ser entregue a Ulysses à meia-noite, quando se encerrou o prazo do Relator.



Cabral: autorizado por Ulysses

Cabral, que rejeitou 65 por cento das 2.023 emendas apresentadas, acatou a maior parte dos dispositivos das emendas substitutivas do Centrão, mesmo porque estas repetem cerca de 80 por cento do projeto. No caso dos Direitos Sociais, contudo, pede que seja destacado o tema da

estabilidade, preferindo manter o texto do projeto da Sistematização que o Centrão quer substituir por uma indenização compensatória.

Para o capítulo referente à Ordem Econômica, o relatório de Cabral quer destaque para praticamente todos os dispositivos da reforma agrária, para o conceito de empresa nacional, para a questão do subsolo, mineração e para o dispositivo referente ao monopólio da União. Nenhum desses dispositivos da redação do Centrão lhe agradou e Cabral prefere o texto da Sistematização.

O contrário acontece com relação à nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, que foi aprovada pela Sistematização contra a vontade do Relator. Cabral acolheu com parecer favorável emenda do Deputado José Luiz de Sá (PL-RJ) que mantém o princípio mas remete sua regulamentação à lei ordinária e inclui, nas Disposições Transitórias, dispositivo resguardando os di-

reitos atuais das empresas que prestam o serviço.

No título referente à Tributação, o relatório de Cabral recomenda poucos destaques, já que o Centrão manteve a maior parte do projeto e até acrescentou novos impostos. Na Ordem Social, uma das principais propostas do Relator é manter o sistema único de saúde.

Em seu parecer oficial, além de opinar sobre cada emenda Cabral propõe a fusão de algumas delas com o objetivo de que sejam obtidos daí alguns acordos. Segundo Fogaça, a Relatoria espera acordo em torno dos seguintes temas: estabilidade, imprescritibilidade das causas trabalhistas, conceito de empresa nacional e aposentadoria.

Conforme já anunciara, Cabral deu parecer favorável à emenda Matheus Iensen, que fixa mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Em suas justificativas, porém, esclarece que é favorável aos quatro anos e ao parlamentarismo.

# Sarney discute modo de inverter votação

BRASÍLIA — Na primeira avaliação específica, sob o ponto de vista regimental, da possibilidade de inverter a pauta de votação da Constituinte, de modo a definir prioritariamente a duração de seu mandato, o Presidente Sarney concluiu que as dificuldades não são intransponíveis.

Para discutir a questão, Sarney reuniu no Palácio Alvorada sete Ministros da área política, mais o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). A saída, o Ministro Costa Couto afirmou que o Governo consultará juristas e especialistas em matéria regimental para tentar, sem imposições à Constituinte, votar logo a duração do

mandato presidencial.

A principal dificuldade está na resistência do Centrão em inverter a pauta. Sobre esse ângulo, Costa Couto foi evasivo: "A reunião foi genérica, pois todos os temas interessam ao Governo. Seria hipocrisia dizer que não tratamos de política, mas não houve conclusão".

Costa Couto disse que Sarney intensificará a estratégia de reuniões setoriais com seu Ministério. Participaram do encontro os Ministros Prisco Viana, Habitação e Urbanismo; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Costa Couto, Gabinete Civil; Jader Barbalho, Reforma Agrária; João Alves, do Interior; e Borges da Silveira, da Saúde.